

Impeachment

Kadu diz que é alvo de "organização criminosa"



Ao lado do advogado Jorge Soares (D) e dos secretários e assessores, prefeito Kadu fez um desabafo ontem

PREFEITO
adiantou que está tomando medidas jurídicas para responsabilizar autores das "denúncias falsas"

MÁRCIO REINHHEIMER
marcio@jornalibia.com.br

Como um time que está perdendo e corre o risco de ser desclassificado, o prefeito Kadu Müller mudou o tom e partiu para o ataque. Ontem, miralou depois que o advogado Jorge Fernandes protocolou na Câmara a sua defesa prévia no processo de Impeachment, o chefe do Executivo fez um pronunciamento no Espaço Braskem da Estação da Cultura. Ao lado de todos os secretários e assessores mais próximos, disse que está sendo vítima de uma ação coordenada por uma organização criminosa e uma oposição incompeten-

te, dispostas a tirá-lo do cargo com base em mentiras.

O requerimento de cassação do mandato foi apresentado pela secretária Letícia da Silva, ex-funcionária da Prefeitura e da Komac Rental, empresa responsável pela coleta do lixo em Montenegro. Segundo ela, em 2018, a direção solicitou um reajuste nos valores do contrato, a fim de elevar a fatura mensal para até R\$ 300 mil. Inicialmente, a solicitação foi rejeitada pela Procuradoria Geral do Município. Contudo, a direção da empresa teria ido até o Palácio Rio Branco, onde se reuniu com o prefeito e alguns de seus assessores mais próximos. Eles teriam concordado com o aumento, desde que recebessem R\$ 150 mil como propina.

Kadu afirmou ontem que nada disso ocorreu e que Letícia terá de provar sua denúncia. Sugeriu que ela está sendo usada como "laranja" pelo mesmo grupo que, se-

gundo o Ministério Público apurou na Operação Ibiá, "saqueava" os cofres públicos por meio de fraudes em licitações. Ressaltou que, em 2017, ela foi demitida porque seu desempenho estava aquém do esperado. "Essa denúncia é fraca, sem base e meramente política", definiu, acrescentando que os responsáveis foram "catapultados" para fora do serviço público e buscam vingança.

O chefe do Executivo, numa fala de 21 minutos, também bateu na oposição e nos seus representantes na Câmara de Vereadores. Disse que a cidade estava estagnada há cerca de 15 anos e que as realizações do atual governo, como o Pólo de Clínica e a atração de novos investimentos, despertam inveja. "Então é mais fácil destruir do que construir", arrematou, asserindo que alguns vereadores, com medo de não conseguirem a reeleição, atacam a Administração sem qualquer critério, na expecta-

tiva de chamar a atenção do eleitor.

Müller ainda lembrou que todas as movimentações relativas ao contrato com a Komac já foram auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e tiveram aprovação. E observou que as denúncias contidas no requerimento de Impeachment podem ser respondidas com uma rápida pesquisa no Portal da Transparência, no site da Prefeitura. "Quem tem um pouquinho de conhecimento e boa vontade encontra tudo lá", reforçou.

Antes de encerrar, emocionado, o prefeito lembrou que as pessoas de seu governo acusadas de receber propina, assim como ele, possuem famílias, que sofrem junto. E garantiu novamente que não vai descansar enquanto seus detratores não forem responsabilizados pelas falsas denúncias. "O boi bravo só vê o puno vermelho e não o homem com a espada por trás dele", alertou.

Advogado diz que a denúncia não tem fundamento

O advogado Jorge Fernandes não quis detalhar a defesa prévia entregue na Câmara, alegando que os vereadores devem ter vistas ao documento primeiro. No entanto, garantiu que todas as alegações da secretária Letícia da Silva foram respondidas, com base em documentos oficiais. "Essa denúncia não tem fundamento, não há provas, nada

que confirme o que ela diz", reforçou.

Segundo o defensor, para comprometer o prefeito, ela usou, inclusive, fragmentos de conversas no aplicativo whats app. "Agora apresentamos os diálogos completos, comprovando a manipulação", atesta. Quanto aos pagamentos extras feitos à Komac Rental em 2018, Fernandes observa

que eles se referem apenas à liquidação de uma dívida que a Prefeitura tinha com a empresa desde 2016 - quando não concedeu a inflação anual - paga em condições vantajosas pela Administração.

A partir de quarta-feira, passa a contar um prazo de cinco dias úteis para a comissão processante avaliar as respostas e produzir um relatório

pela continuidade ou pelo arquivamento da denúncia. Caso o grupo decida pelo encerramento, o plenário deverá se manifestar e a aprovação dependerá do aval de cinco dos nove vereadores aptos a votar. Neste caso, o presidente não vota. A comissão é formada por Josi Paz (PSB), Cristiano Braatz (MDB) e Joel Kerber (Progressistas).